



ACÓRDÃO Nº581/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12254/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Marcellus Jose Barroso Campêlo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3960/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Marcellus Jose Barroso Campêlo**, Secretário da Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Marcellus Jose Barroso Campêlo**, Secretário da Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº581/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.1. O Projeto Básico não possui Desenho Técnicos que representem os elementos gráficos mínimos para caracterização/execução do objeto;

10.3.2. O Projeto Básico não possui Memória de Cálculo detalhada, identificando a área, a especificação do material, e locação em planta e quantitativo total dos serviços;

10.3.3. Superfaturamento quantitativo por serviços pagos que não foram executados nas quantidades contratadas;

10.3.4. O Projeto Básico não possui Memória de Cálculo detalhada, identificando a área, a especificação do material, e locação em planta e quantitativo total dos serviços;

10.3.5. Ausência ou deficiência de acompanhamento adequado pela fiscalização;

10.3.6. Celebração de aditivos contratuais de prazo sem justificativa técnica adequada;

10.3.7. Antecipação de pagamento pela execução de serviços em desacordo com o cronograma físico-financeiro da obra;

10.3.8. Superfaturamento quantitativo por serviços pagos que não foram executados nas quantidades contratadas.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, que acompanhou o parecer-destaque, proferido em sessão, da Procuradora Fernanda Veiga pela Desaprovação das contas com imputação de alcance.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº581/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral